



Global



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Boletim de Informações Sindicais

Ano III Nº 46 25 de maio de 2010

UGT junto com sindicatos da AL e UE

Os sindicatos da América Latina/Caribe e da União Européia apresentaram no dia 18 de maio passado a sua **Declaração Conjunta** ao ministro espanhol de Assuntos Exteriores, Miguel Ángel Moratinos, em representação de seu governo. Nesse mesmo dia se iniciava em Madrid a Reunião de Chefes de Estado da América Latina/Caribe e da União Européia. A declaração "**Pelo incentivo ao Emprego, a Coesão Social e os Direitos dos Trabalhadores nas Relações entre a Europa e a América Latina**" foi aprovada na reunião conjunta que os sindicatos dos dois continentes realizaram no começo de maio.



A reunião, organizada pela **Confederação Européia de Sindicatos** e pela **Confederação Sindical das Américas**, contou com a participação de mais de cem delegados sindicais. Os companheiros da direção da UGT, **Valdir Vicente de Barros** (foto), **secretário de Políticas Públicas** e **Mônica da Costa Mata Roma**, **secretária adjunta de Integração para as Américas**, participaram ativamente da reunião.

Em entrevista à página da **Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul**, o companheiro **Valdir Vicente**, criticou a chamada diretiva de retorno adotada em 2008 pela União Européia.

"Para o sindicalista a "diretiva claramente criminaliza claramente a imigração dos indocumentados" e assim "os sindicatos do sul estamos totalmente contra a diretiva de retorno".

Valdir acredita que "haverá uma maior participação do debate social" nas negociações da reunião de Madrid. Segundo ele informou, os sindicatos estão "totalmente contra qualquer tipo de acordo de livre comércio que possa surgir naquelas discussões".

A declaração sindical pede que se coloque um fim na ratificação dos Tratados de Livre Comércio (TLC) entre a UE - América Central e especialmente, no tratado entre a UE - Colômbia/Peru. Os dois tratados omitiram as principais reivindicações sindicais e o ultimo, apesar da extrema violência da região, não oferece qualquer garantia sobre os direitos humanos.

A declaração sindical também aborda a necessidade de estímulo para a economia mundial e uma nova regulamentação dos mercados financeiros, bem como a promoção do Programa do Trabalho Decente e do enfrentamento das mudanças climáticas. Os sindicatos exigem que os líderes adotem políticas coerentes para migração tanto nos países de origem quanto nos de destino, com o objetivo de garantir os direitos dos trabalhadores, a proteção social e a seguridade aos trabalhadores e trabalhadoras migrantes. O apelo também chama a atenção sobre a situação em Honduras e a necessária solidariedade com os povos do Haiti e do Chile, países que sofreram terremotos catastróficos.

Senado homenageia comerciários

Patah cobra no Senado regulamentação dos comerciários



Ricardo Patah, defendeu a regulamentação da profissão durante sessão solene no Senado

O Senado homenageou, na última segunda-feira, dia 24, com uma sessão especial o "Dia do Comerciário". A sessão foi convocada pelo **Senador Paulo Paim (PT)**, autor também do projeto 115, em tramitação no Congresso e que regulamenta a profissão do comerciário, uma das mais antigas do País mas que ainda não é regulamentada.

Coube ao sindicalista **Ricardo Patah, presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores e do Sindicato dos Comerciários de São Paulo**, falar em nome dos comerciários do Brasil. Durante 15 minutos Patah lembrou que o comerciário é a única categoria profissional no Brasil a estar presente em todas as cidades brasileiras, sendo a mais antiga do País, no entanto não é devidamente regulamentada, tendo, inclusive uma das maiores jornadas de trabalho entre todos os trabalhadores, pois dados do Dieese apontam que a grande maioria dos trabalhadores do comércio tem jornada de 52 horas por semana.

O sindicalista lembrou que dia 30 de outubro é o Dia dos Comerciários pois foi nessa data que foi publicado o Decreto Lei 4.042/32 (no governo Vargas) que regulamentou a jornada de trabalho da categoria, reduzindo a carga horária de 12 horas diárias para 8 horas, benefício estendido, posteriormente, aos demais trabalhadores. O presidente do Sindicato dos Comerciários e da UGT lembrou que a atividade dos setores de comércio e serviços representa um termômetro sensível e confiável do nível de crescimento e da elevação da renda da população em geral, além de estar entre os setores de maior demanda de mão de obra na economia, com larga diversidade de qualificações.

Ao usar a palavra o **senador Paulo Paim (PT-RS)** afirmou ter sido o fortalecimento do mercado interno brasileiro, o fator que salvou o país da crise imobiliária dos Estados Unidos. Ele ressaltou que empresário inteligente é aquele que paga bem seus empregados, porque terá consumidores para seus próprios produtos.

Previdência Social

Paim fez questão de dizer que há dinheiro sim, no governo, para pagar os aposentados e arcar com o fim do fator previdenciário, assim como havia para elevar o salário mínimo de R\$ 50, para R\$ 100, para os quase R\$ 300 mensais de hoje, que ajudaram a salvar o país da crise internacional. "Tudo que eu proponho, dizem que vai quebrar o país. Eu acredito nesse governo e poderemos dizer, aos nossos netos e bisnetos, que o mês de maio de 2010 representou uma data histórica, com o reajuste dos aposentados e o fim do fator que penaliza os homens, mas sobretudo as mulheres, no cálculo de suas aposentadorias. Também será, em maio ou junho de 2010, que aprovaremos o PLS 115 regulamentando a profissão de Comerciário", prometeu.

16° Grito da Terra em Brasília

A 16ª edição do Grito da Terra em Brasília, na quarta-feira última, dia 12, teve a participação de **Sindicatos dos Trabalhadores Rurais** filiados à UGT, principalmente dos estados do Paraná e São Paulo.

Organizado pela **Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)**, a manifestação, que reuniu cerca de sete mil pessoas, concentrou-se em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os trabalhadores rurais reivindicaram o atendimento de uma pauta de 223 itens que tratam de problemas emergenciais do meio rural.



Na pauta de negociações, as prioridades eram a liberação de verba para investimento no Plano Safra 2010/2011, aprovação do projeto de previdência rural, políticas de combate à violência no campo, além do assentamento de 115 mil famílias por meio de Reforma Agrária.

Segundo **Alberto Broch, presidente da Contag**, a pauta é uma espécie de projeto de desenvolvimento social para o campo, que precisa ser cumprido pelo governo: "Governo foi feito para governar e o movimento sindical para lutar. E é isso que nós vamos fazer", disse Broch.

Enquanto os manifestantes reivindicavam, as lideranças se reuniam com o Presidente Lula e os ministros para receber a resposta do governo sobre as reivindicações do movimento. Além da garantia para o custeio do Plano Safra 2010/2011, na ordem dos R\$ 16 bilhões, ainda foram disponibilizados R\$ 2 bilhões em recursos do Ministério do Desenvolvimento Social. Juntamente com outros investimentos, foram totalizados cerca de R\$ 20 bilhões para o plantio, investimento e comercialização da agricultura familiar.

PEC do Trabalho Escravo pode continuar "esquecida" na Câmara

À espera de votação no Plenário há quase seis anos (após aprovação em 1º turno em 2004), a emenda que prevê o confisco de terras de escravagistas corre sério risco de "perecer" engavetada por mais uma legislatura.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que prevê a expropriação da terra em que ficar comprovada a exploração de trabalho escravo e tem apoio de um abaixo-assinado com mais de 200 mil adesões, se tornou quase um sinônimo do combate à escravidão contemporânea.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) e as demais entidades e órgãos que fazem parte da **Frente Nacional Contra o Trabalho Escravo** estão na reta final na coleta de assinaturas em favor da Proposta de Emenda Constitucional 438/01.

O objetivo é entregar ainda neste mês, todas as assinaturas ao presidente da Câmara dos Deputados, **Michel Temer** (PMDB/SP), pois a matéria precisa ser votada em segundo turno pelo plenário da Casa e está engavetada há seis anos. As ações farão parte da programação do **1º Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo**, que se estenderá de 25 a 27 de maio.

Em meio eletrônico, as assinaturas ainda estão sendo colhidas no endereço: www.trabalhoescravo.org.br/abaixo-assinado.

UGT participa de programa de construção de moradias

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** vai participar do programa "Parceria com Entidades Representativas dos Trabalhadores", que prevê a construção de moradias exclusivamente para associados a entidades de caráter sindical.



O secretário Estadual da Habitação e presidente da **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)**, **Lair Krähenbühl**, e o deputado estadual **Milton Flávio** reuniram-se na tarde de quarta-feira (19) em São Paulo com o **presidente nacional da UGT, Ricardo Patah**, e o **secretário de organização sindical Chiquinho Pereira**.

Lançado em março pelo Governo do Estado, o programa atenderá famílias com renda entre um e dez salários mínimos, indicadas pelas entidades previamente cadastradas na CDHU. Metade das moradias deverá beneficiar famílias que recebem entre um e três salários mínimos.

"O projeto vai ao encontro das necessidades das classes sociais mais carentes. A maior parte dos sindicatos filiados à UGT é da área de comércio e serviços, justamente as pessoas que enfrentam maiores adversidades e têm menores possibilidades de acesso à casa própria", disse Ricardo Patah.

Calendário eleitoral e prazos de desincompatibilização

Dirigentes sindicais e servidores que pretendem disputar as eleições de 2010 devem ficar atentos às datas e prazos de desincompatibilização. DIAP atualiza e divulga calendário eleitoral

Dirigente sindical - Os dirigentes sindicais candidatos à eleição deste ano devem se afastar da direção da entidade até **3 de junho** - quatro meses antes da eleição. O afastamento não é definitivo e nem implica na renúncia do cargo ou da função. Todos os dirigentes titulares, exceto suplentes e membros do conselho fiscal, são obrigados a licenciar-se.

O representante dos trabalhadores que se licenciar para concorrer à prévia eleitoral ou à convenção partidária e não conseguir viabilizar sua candidatura poderá retornar ao seu posto na entidade. Esse entendimento também é válido quando o candidato não é eleito. Servidor público

Servidor Público - O servidor que pretenda se candidatar às eleições gerais deve pedir licença do seu cargo ou emprego público até o dia **3 de julho** - três meses antes das eleições. É garantido ao servidor o direito à percepção dos vencimentos integrais durante o período de licença. (DIAP -

Projeto de lei visa estabilidade após férias

Foi aprovado na quarta-feira (19), pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara o projeto de lei que prevê estabilidade no emprego por noventa dias aos trabalhadores que retornarem de férias, licença-maternidade ou afastamento involuntário. De acordo com o autor do projeto, o deputado Sandes Júnior (PP-GO), a rescisão de contrato nessas condições é injusta; "Porque apanha o trabalhador de surpresa e num momento de extrema fragilidade", explicou Sandes Júnior.



O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Rua Formosa, 367 - 24º andar CEP 01049-000 São Paulo - SP